LEI N.º 1072/2015

AUTORIZA O EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO PARA FINS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A ASSOCIAÇÃO VIDEIRA COMUNIDADE TERAPEUTICA.

A Câmara Municipal de Peabiru, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Chefe do Executivo autorizado a firmar convênio, para fins de transferências voluntárias, através de subvenções sociais, de acordo com o art. 26 de Lei 101/2000 (LRF), e a Resolução n.º 28/2011, de 06 de outubro de 2011, do TCEPR, com a seguinte entidade sediada em Peabiru: **ASSOCIAÇÃO VIDEIRA COMUNIDADE TERAPEUTICA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita na Secretaria da Receita Federal do Brasil com o n.º 10.736.804/0001-07, com sede à Rua Santos Dumont, n.º 99, Peabiru, Estado do Paraná.

Art. 2º – O convênio descrito no artigo anterior, não poderá ultrapassar o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Parágrafo Único: a vigência do Convênio terá validade de até 05 (cinco) anos a contar a data de publicação desta lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da obrigação prevista no art. 2º, desta Lei, ocorrerão através da dotação orçamentária nº. **07.002.08.244.0002.6.031 / 3.3.50.43.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS**, do orçamento vigente.

Parágrafo único – As transferências voluntárias previstas nesta Lei estão em conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária Municipal para 2016.

Art. 4º - A entidade mencionada acima deve providenciar o credenciamento junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e manter sua situação documental regular, sob pena de suspensão e/ou cancelamento do convênio.

Art. 5º - A entidade beneficiária deverá apresentar mensalmente prestação de contas da utilização da verba recebida do Município.

Parágrafo Único: A ausência de prestação de contas mensal é condição imprescindível para o repasse da verba referente ao respectivo mês.

Art. 7º - A entidade descrita no artigo 1º desta lei deverá protocolar junto à Prefeitura carta de intenção descrevendo as obrigações que serão realizadas com a utilização da verba pretendida.

§1º - Como condição para a assinatura do termo terá a entidade que apresentar, juntamente com a carta de intenção, o plano de aplicação, as certidões negativas dos Órgãos Estaduais e Federais, o Estatuto da Instituição e a ata da última diretoria, cópia da inscrição do CNPJ, Lei que a declarou de utilidade pública, documentos pessoais do ordenador da despesa da respectiva entidade.

§ 2º - Protocolada a carta de intenção, a formalização do convênio ocorrerá por meio de decreto do Chefe do Executivo, que descreverá o valor do repasse mensal (caso a periodicidade não seja maior, sendo vedada periodicidade inferior a um mês) observado o limite descrito nesta lei, o prazo de duração do convênio e as atividades de Interesse Público que serão custeadas com a subvenção.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Peabiru – Pr., 21 de dezembro de 2015.

Claudinei Antonio Minchio
Prefeito